

INVESTIMENTOS

Burocracia emperra negócios em SP

Distrito Federal, Amazonas e Minas lideram ranking de melhor ambiente para negócios, enquanto SP aparece em 11º lugar

Renée Pereira

O excesso de burocracia tem castigado os investidores que decidem fazer negócios em São Paulo, a principal economia do Brasil. Hoje, é mais fácil tirar um projeto do papel na Bahia, no Maranhão, em Santa Catarina e em Mato Grosso do Sul do que em território paulista, mostra levantamento da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), com base em dados do Banco Mundial.

No ranking geral, o Estado ocupa apenas a 11ª posição no quesito melhor ambiente de negócios, que considera tempo e custo de abertura de empresa e registro de propriedade e garantias, além de procedimentos para recolhimento de impostos, carga tributária e cumprimento de contratos. As três primeiras posições são do Distrito Federal, Amazonas e Minas Gerais (onde é mais rápido abrir uma empresa no Brasil).

“Apesar das várias medidas que começam a ser tomadas, São Paulo ainda é um Estado muito burocrático”, avalia o diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, José Ricardo Roriz Coelho. Na opinião dele, por causa da melhor infraestrutura em relação ao resto do País, São Paulo se esforça pouco para atrair investimentos. “Nos demais locais, a necessidade de capital novo tem incentivado a simplificação dos processos para ganhar competitividade.”

Um dos principais pontos fracos do Estado é a demora na abertura de empresas, três vezes maior que a média nacional. O advogado José Samurá Saiani, do escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice, conta que recentemente gastou seis meses na montagem de uma indústria automotiva no Estado

Advogado diz que levou seis meses para abrir empresa no Estado

para um investidor europeu. “Eles ficam incrédulos com a burocracia e a falta de conexão entre os órgãos públicos.”

Na avaliação dele, mais complicado que conseguir o CNPJ e a Inscrição Estadual é obter licenças de instalação e operação das empresas. Isso porque há uma sobreposição de avalia-

UM RAIÃO X DA BUROCRACIA NO BRASIL

Levantamento da Fiesp mostra onde é mais fácil e mais difícil fazer negócios no Brasil

Ranking geral

- 1.º Distrito Federal
- 2.º Amazonas
- 3.º Minas Gerais
- 4.º Rondônia
- 5.º Maranhão
- 6.º Rio Grande do Sul
- 7.º Mato Grosso do Sul
- 8.º Rio de Janeiro
- 9.º Santa Catarina
- 10.º Bahia
- 11.º São Paulo
- 12.º Mato Grosso
- 13.º Ceará

Ranking dos locais mais fáceis para fazer negócios, no mundo

Brasil
129.ª

FONTE: FIESP, COM DADOS DO BANCO MUNDIAL

Maior facilidade para abrir empresas

- 1.º Minas Gerais
- 2.º Bahia
- 3.º Rondônia
- 4.º Rio Grande do Sul
- 5.º Mato Grosso do Sul
- 6.º Mato Grosso
- 7.º Santa Catarina
- 8.º Ceará
- 9.º Maranhão
- 10.º Distrito Federal
- 11.º Amazonas
- 12.º Rio de Janeiro
- 13.º São Paulo

Onde o custo de abrir uma empresa é menor

- 1.º Distrito Federal
- 2.º Rio Grande do Sul
- 3.º São Paulo
- 4.º Amazonas
- 5.º Santa Catarina
- 6.º Minas Gerais
- 7.º Rio de Janeiro
- 8.º Mato Grosso do Sul
- 9.º Mato Grosso
- 10.º Rondônia
- 11.º Ceará
- 12.º Bahia
- 13.º Maranhão

Onde é mais fácil fazer cumprir um contrato

- 1.º Santa Catarina
- 2.º Maranhão
- 3.º Rio Grande do Sul
- 4.º Distrito Federal
- 5.º Rondônia
- 6.º Ceará
- 7.º Rio de Janeiro
- 8.º Amazonas
- 9.º Mato Grosso
- 10.º Mato Grosso do Sul
- 11.º Minas Gerais
- 12.º São Paulo
- 13.º Bahia

INFOGRÁFICO/AE

Em Minas, processo leva menos de uma semana

... Em apenas cinco dias, o contador Leonardo Cerbino conseguiu o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), as inscrições estadual e municipal e o alvará de localização da Opção Médica, uma empresa de comercialização de materiais hospitalares que abriu suas portas na semana passada em Belo Horizonte, Minas Gerais - Estado onde é mais rápido abrir uma empresa no Brasil. Com 15 anos de experiência, Cerbino comemora a desburocratização do processo. “Antes, eu pedia 22 dias para os meus clientes e tinha uma trabalhadora danada.”

A simplificação é resultado de um programa de governo, o Minas Fácil, lançado em 2005. De lá para cá, o governo mineiro tem conseguido reduzir o prazo ano a ano. A média atual é de oito dias. A meta para 2010 é chegar à média de dois dias para a abertura de uma empresa.

Estão em funcionamento 26 centrais de atendimento do Minas Fácil para auxiliar empresários e contadores - o objetivo é chegar a 68 centrais. Mas é possível dar entrada no processo de abertura de empresa sem precisar ir aos pontos de atendimento.

No portal do programa na internet, pode-se preencher o formulário que será encaminhado simultaneamente para todos os órgãos envolvidos no processo: Secretaria da Fazenda, Receita Federal, Junta Comercial, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Prefeitura Municipal. Segundo o presidente da Junta Comercial de Minas Gerais, Ayres Mascarenhas, o número de empresas abertas de janeiro a setembro cresceu 14% em relação a 2008. Foram abertos 45.908 empreendimentos. ● IVANA MOREIRA

ções entre as esferas municipal, estadual e federal. “E nem sempre há consenso entre os órgãos. Por isso, alguns processos se arrastam por um ano.”

A advogada Eleonora Altruda de Faria, da Advocacia Celso Botelho de Moraes, teve de recorrer à Justiça para fazer um registro de mudança societária na Junta Comercial de São Paulo. “Eles pediam documentos que não tinham nenhuma relação com o processo. Levamos três meses para efetuar o registro. Isso depois de conseguir uma liminar.”

O governo paulista tem cons-

ciência do problema. Exemplo disso é que lançou o Programa Estadual de Desburocratização (PED) para reduzir os prazos de abertura de empresas e concessão de licenças. Até o fim do ano, a expectativa é lançar o Sistema Integrado de Licenciamento (SIL), que unificará os processos.

“No caso de atividade de baixo risco, o empreendedor receberá um alvará provisório enquanto as vistorias não são feitas dentro de, no máximo, seis meses”, diz o secretário do Emprego e Relação do Trabalho de São Paulo, Guilherme Afif Do-

mingos. Ele afirma que o governo trabalha na criação de um Poupatempo para pessoa jurídica. A intenção é permitir que requerimentos sejam feitos via internet, possibilitando a abertura de empresa em 15 dias.

Responsável por mais de um terço do Produto Interno Bruto (PIB) do País, São Paulo ajuda a puxar para baixo a posição brasileira no ranking dos mais burocráticos do mundo. No último relatório Doing Business, do Banco Mundial, o Brasil aparece em 129º lugar - dois a mais que na pesquisa anterior.

“A burocracia é uma epide-

mia nacional. Está no DNA do País”, critica o presidente do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Ibctec), André Franco Montoro Filho.

Para ele, um dos principais problemas está na burocracia tributária, que eleva a informalidade da economia e aumenta a sonegação. Isso sem contar a complexidade no recolhimento dos impostos. De acordo com o levantamento da Fiesp, entre 13 Estados, Minas Gerais e São Paulo impõem maior dificuldade para o pagamento dos tributos. A Bahia tem o melhor sistema para recolher tributos, ao lado de Rondônia e Mato Grosso do Sul.

Em recente evento, Jorge Gerda, presidente do conselho de administração do Grupo Gerda, contou que sua empresa conta com 200 pessoas no Brasil para controlar a área tributária, enquanto no Canadá precisa de apenas “meia pessoa” para a mesma função.

Tudo isso provoca um gasto adicional equivalente a 5% do PIB, conforme cálculos do próprio governo federal. “Os estrangeiros estão muito interessados em investir no Brasil, mas reclamam muito da burocracia e da carga tributária”, destaca a advogada Eleonora. ●

Lentidão compromete chances de ser competitivo

O empresário Lawrence Pih, dono do Moimho Pacífico, em São Paulo, diz não se livrar da burocracia dos negócios nem nos feriados. E brinca: “Depois desta pesquisa, vou me mudar para Minas”. “A vida de uma empresa é altamente burocrática em São Paulo, mas o problema é nacional”, diz.

Pih diz que nenhuma empresa no Brasil consegue sobreviver sem advogados, despachantes e office boys para lidar com a rotina burocrática. “O emaranhado burocrático é tão extenso quanto o próprio País. Ou se começa a fazer a lição de casa, ou dificilmente o Brasil vai ter competitividade para concorrer com o mundo. O que vai resultar disso? A desindustrialização do País e o estigma de exportador de commodities”, diz.

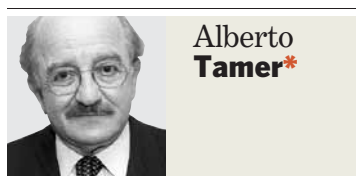
Diretor da Divisão de Látex do Grupo Bertin, Marcos Scaldelai coordenou o lançamento de uma linha de congelados da marca Vigor. A parte mais difícil até os alimentos desembarcarem nas prateleiras não foi o desenvolvimento do produto, mas o desembaraço burocrático. A empresa precisou de 60 dias até ter a autorização.

“A burocracia é um fato. Uma demora dessas resulta no adiamento de um lançamento”, conta Scaldelai. Caso o atraso coincida com o período que antecede o fim de ano, por exemplo, o processo é interrompido e retomado no início do ano seguinte”, explica.

Em uma palestra no Fórum Econômica Mundial, em abril, Marcel Malczewski, presidente da Bematech, companhia especializada em equipamentos para automação, disse que a burocracia brasileira é tanta que o ajudou a entrar no mercado chinês. Marcelo Coppla, diretor de Assuntos Institucionais da Bematech, explica: “Uma impressora de nota fiscal leva um ano e meio para ser homologada no Brasil, num processo demorado, delicado e caro. A experiência brasileira facilitou partida para outros mercados onde a burocracia é bem menor”, explica o executivo. ● PAULA PACHECO

Análise

Brasil se antecipa e desfaz política anticíclica



Alberto Tamer*

Final, retira-se ou não a política de incentivos à economia para sair da recessão? Esse é um dilema dos países ricos. Do Brasil, não. Nós já estamos desfazendo as medidas anticíclicas em ordem, com redução de juros e impostos. Eles voltam aos poucos, de forma gradual e seletiva, sem afetar a demanda e aumentando a arrecadação. Mas a pergunta, quase acadêmica, voltou no cenário mundial, este fim de semana, com a reunião dos ministros das Finanças do G-20, na Escócia.

Barack Obama e Ben Bernanke dizem que não. O Banco Central Europeu diz que sim.

Chega de ajuda ao sistema financeiro a partir do próximo ano, afirmou o seu presidente Jean-Claude Trichet, na quinta-feira. E só não aumentou os juros por pressão dos governos, principalmente da França. O juro permanece em 1%, com sinais de alta. O BCE tem medo da inflação que não é inflação, mas deflação. Menos 0,3% em setembro.

Nos EUA, o desemprego de 10,2% se antecipa às previsões. Não era para acontecer agora, mas no início do ano. Janeiro ou fevereiro. Preocupa, mas era esperado, pois a economia, que havia dado um salto no último trimestre, continua frágil. Ainda não se sustenta.

O governo estava preparado. No mesmo dia em que se anunciou esse índice, Obama estendeu os benefícios federais aos desempregados, que se acumulam aos estaduais, e prorrogou medidas de estímulo ao setor imobiliário. A Casa Branca

informou também que novas medidas anticíclicas estão sendo estudadas e poderão ser anunciadas em breve.

Um dia antes, o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), também veio a público para informar que não muda a política monetária, vai manter ainda por algum tempo o juro básico em torno de 0,25%, praticamente negativo em termos reais. Vai continuar ativo na compra de títulos do Tesouro e imobiliários. Ou seja, mais dólares vão entrar no mercado.

Para Obama e Bernanke, a economia só reage com mais estímulos. Tudo o mais, déficit, dívida, fica para depois.

Na Europa, nada muda, apesar de o desemprego já estar em 9,7%, e a inflação crescendo. Não seria grave se ela não tivesse o mesmo que os EUA no Produto Interno Bruto (PIB) mundial. US\$ 14 trilhões.

Quem está certo, os americanos ou os europeus? Trichet ou

Bernanke?

É isso que estava na pauta da reunião dos ministros do G-20, encerrada ontem. Foi a terceira do ano - um balanço com resultados previsíveis. A conclusão é que vão continuar estimulando a economia, mas cada um do seu modo. Só que isso não funciona porque alguns querem agir mais, outros menos. E a economia mundial vai continuar se arrastando ainda por muitos e muitos meses.

RETOMADA NÃO CONVENCE

Eles deveriam ouvir quem não foi ouvido no passado, e acertou ao prever a recessão: Nouriel Roubini, da Universidade de Nova York. Para ele, a retomada é ainda incerta e não se mantém porque está sendo sustentada pelos estímulos fiscais e monetários, gastos dos governos e pela política de juros baixos. Quanto dura? Roubini arrisca. Quando muito, não mais de seis meses. É mais ou menos

o prazo para que os estímulos do governo não se transformem em déficits insuportáveis. Em determinado momento, o setor privado, as empresas, terão de substituir o governo. Há ainda muitos desequilíbrios. O mercado financeiro está se recuperando mais rapidamente que a atividade econômica. Sinal, o desemprego continua aumentando. E permanece a pergunta. Quando o governo deve começar a sair? Roubini não responde, mas insinua que o setor privado ainda não está preparado. E cabe aos governos dos países desenvolvidos continuar a tarefa de prepará-los. Só devem tentar administrar melhor seus déficits. E antecipar-se a bolhas previsíveis.

QUEM ESTÁ CERTO?

Acho que nós. Estamos indo devagarzinho nas duas frentes, fiscal e monetária. Sem a ousadia dos dias que antecederam a crise e se enfrentou, com êxito, a recessão. Agora, não há pressa. O governo está começando a remover as medidas anticíclicas de forma gradual. Na área tributária, com o restabelecimento do IPI no setor automobilístico, o mais afetado pela crise. Nessa área, grande empregadora de mão de obra, evitou-se o pior. Mas esse imposto está sendo restabelecido gradual-

mente para que empresas e compradores se adaptem à nova realidade. E a realidade é uma economia na qual o crédito volta, o desemprego recua e o rendimento das famílias aumenta. No final da linha, isso vai representar maior arrecadação.

O mesmo está sendo feito ainda com mais cuidado na linha branca por causa do seu componente social.

Na área monetária, lembra Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, o Banco Central mantém sua posição, também com medidas graduais, sem precipitações. Reduziu o juro básico para 8,75% e o mantém nesse nível.

Não temos pressa porque nos apressamos antes, aproveitando um terreno já preparado no governo anterior e neste. A inflação caiu de 12,5% em 2002 para 4,3% neste ano.

O juro nominal em 2002 era de 19,1%, teve de ser aumentado para 23,3% no ano seguinte para conter a inflação e agora está em 8,7%.

Sabedoria? Não. Apenas soubemos aproveitar esse cenário, que nós mesmos preparamos, para nos sobrepormos aos outros, que afundaram na recessão. ●

*Email: at@attglobal.net

www.alcoa.com.br



SUSTENTABILIDADE É A NOSSA NATUREZA

0800 015 9888

Banco Safra
Tradição Secular de Segurança
www.safra.com.br